

Documento

Recursos eleitorais

24 NOV 1988

Ruy Lopes

JORNAL DE BRASÍLIA

A briga do orçamento da União vai esquentar mais do que o previsto. E, até agora, nada faz crer que o Executivo consiga impor as "contenções de gastos" estabelecidas no projeto que tramita no Congresso.

Desde logo convém acentuar que não há contenção de gasto nenhum. Neste ano que se caracteriza pela eleição do sucessor de Sarney, a Presidência da República reservou para seus pequenos gastos a importância de 1,4 bilhão de dólares. Esses recursos, contidos em programas como o da distribuição de leite para criancinhas, seriam repassados segundo critérios do interesse pessoal do chefe do Governo.

Está-se a repetir, e em escala maior, o escândalo da distribuição de verbas na administração Aníbal Teixeira, que motivou a CPI da Corrupção. Mas os congressistas, que não são subversivos como os autores do projeto, simplesmente vão liquidar com a possibilidade de utilização eleitoral desse dinheiro.

Além de 1,4 bilhão de dólares na Presidência, existem mais duas dotações da ordem de um bilhão de dólares cada uma, alocadas em setores sob controle de amigos incondicionais de Sarney. A primeira delas está sob a guarda do ministro Prisco Viana, e se destinaria ao mutirão habitacional. A segunda ficou com o ministro Vicente Fialho, para uso em projetos de irrigação, especialmente no Nordeste.

Alguns parlamentares maliciosos desconfiam que a verba do Ministério da Habitação influenciaria o pleito nas grandes cidades. Ao mesmo tempo, centenas de frentes de trabalho seriam abertas no Nordeste, para gastar o dinheiro da irrigação, sob o controle, naturalmente, dos cabos eleitorais do partido do Sarney.

Isso é pura suspicácia dos congressistas: ninguém neste País vai acreditar que o Governo pretendia corromper o processo eleitoral mediante a aplicação de 3,5 bilhões de dólares de recursos públicos. Mas, por via das dúvidas essas verbas serão cuidadosamente redistribuídas, ficando amarradas a projetos definidos em outros ministérios.

Além de pretender ficar com um caixa gordo, para aplicar como bem entendesse, a União queria ainda inviabilizar a administração dos Estados, mediante a derrama da dívida externa. A União, que não vai pagar um centavo de seus débitos, exige que os Estados paguem 25%.

Se fosse para repassar para os credores internacionais seria dose para leão. Mas não é. O governo quer esses recursos apenas porque quer. Talvez o projeto fosse deixar os Estados a pão e água, neste ano eleitoral, para que o dinheiro da União fizesse mais efeito na boca da urna.

Poró todos esses motivos a briga vai esquentar. E não adiantará dizer que as mudanças feitas pelo Congresso vão prejudicar o combate à inflação. Ninguém acreditará.